

## Umo Bioenergy S.A.

CNPJ 03.445.208/0001-02

Demonstrações Financeiras - Exercício findo em 31 de março de 2022 e período de 1 de janeiro de 2020 a 31 de março de 2021 (Em milhares de reais)

Balço patrimonial 31 de março de 2022 e 2021 (Em milhares de reais)				Demonstrações dos fluxos de caixa				
	Nota	2022	2021	Nota	2022	2021	2021	
<b>Ativo</b>								
<b>Ativo circulante</b>		<b>231.274</b>	<b>248.178</b>					
Ativos equivalentes de caixa	5	33.405	47.126	Receita operacional líquida	22	555.620	494.098	
Contas a receber - cooperativa	6	19.451	36.473	Custo dos produtos vendidos				
Contas a receber de clientes	1.444	1.595	1.595	De e serviços prestados	23	(419.378)	(352.612)	
Estoques e adiantamento a fornecedores	7	73.105	44.422	Lucro bruto		136.242	141.486	
Ativos biológicos	10	93.447	111.203	Despesas com vendas	23	(7.574)	(10.850)	
Tributos a recuperar	8	7.161	1.692	Despesas gerais e administrativas	23	(18.713)	(18.904)	
Outros ativos	11	3.121	3.673	Outras receitas (despesas)				
<b>Não circulante</b>		<b>966.742</b>	<b>786.228</b>	Operacionais, líquidas	24	971	(2.487)	
Imóvel a recuperar	8	1.467	1.102	Lucro operacional		110.926	109.245	
Depósitos judiciais	20	2.660	2.117	Resultado financeiro				
Outros ativos	11	5.108	5.520	Despesas financeiras	25	(49.201)	(76.631)	
Investimentos	9	14.255	7.906	Receitas financeiras, líquido		69	(73.205)	
Imobilizado	12	475.417	468.381	Juros antes do IR e da contribuição social		110.995	36.400	
Direito de uso de ativos	13	468.835	302.202	Imposto de renda e contribuição social	14	(10.759)	(2.695)	
				Lucro líquido do exercício/período		100.236	33.345	
				<b>Demonstração do resultado abrangente</b>				
				Lucro líquido do exercício/período		100.236	33.345	
				Total do resultado abrangente do exercício/período		100.236	33.345	
				que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes. Alterações no CPC 06 (R2), CPC 11, CPC 38, CPC 40 (R1) e CPC 48: Reforma da Taxa de Juros de Referência - As alterações aos Pronunciamentos CPC 38 e 48 fornecem exceções temporárias que endereçam os efeitos das demonstrações financeiras quando uma taxa de certificado de depósito interbancário é substituída com uma alternativa por uma taxa quase que livre de risco. Essas alterações não impactaram as demonstrações financeiras da Companhia. Alterações no CPC 06 (R2): Benefícios Relacionados à Covid-19 Concedidos para Arrendatários em Contratos de Arrendamento que vão além de 30 de junho de 2021 - As alterações preveem concessão aos arrendatários na aplicação das orientações do CPC 06 (R2) sobre a modificação do contrato de arrendamento, ao contabilizar os benefícios relacionados como consequência direta da pandemia Covid-19. Essas alterações não impactaram as demonstrações financeiras da Companhia, visto que ainda não recebeu benefícios concedidos para arrendatários relacionados à Covid-19. 2.17. Normas emitidas, mas ainda não vigentes - As normas e interpretações novas e alterações emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir: Substituição do CPC 11 Contrato de Seguro para o CPC 50 Contrato de Seguro - Alterações ao IAS 1: Classificação de passivos como circulante ou não circulante - Alterações ao IAS 8: Definição de estimativas contábeis; Alterações ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2: Divulgação de políticas contábeis. A Companhia está avaliando os impactos das alterações emitidas pelo IASB e pretende adotar estas novas normas e interpretações, se aplicáveis, quando forem emitidas pelo CPC e estiverem em vigor, contudo não espera impactos relevantes para as demonstrações financeiras.				

**3. Uso de estimativas e julgamentos** - A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de estimativas e julgamentos. A Administração da Companhia faz julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínuo. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados. As demonstrações financeiras da Companhia incluem estimativas referentes às provisões necessárias para instrumentos financeiros, estimativa de vida útil e avaliação do valor recuperável para o ativo imobilizado, reconhecimento de receita, imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos e provisão para riscos e contingências. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir: (a) **Imposto de renda, contribuição social e outros impostos** - A Companhia está sujeita ao imposto sobre a renda em todos os países em que opera. É necessário um julgamento significativo para determinar a provisão para imposto sobre a renda nesses países. Em muitas operações, a determinação final do imposto é incerta. A Companhia também reconhece provisões por conta de situações em que é provável que valores adicionais de impostos forem devidos. Quando o resultado dessas questões é diferente dos valores inicialmente estimados e registrados, essas diferenças afetam os ativos e passivos fiscais atuais e diferidos no período em que o valor definitivo é determinado. (b) **Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (impairment)** - Os ativos que estão sujeitos a testes de imparment são revisados para avaliar se os valores contábeis são superiores aos valores de mercado em circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por impairment é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação de impairment, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGCs)) como demonstrado na Nota 12. (c) **Ativos biológicos** - Os ativos biológicos são reconhecidos ao valor justo na data de cada balanço patrimonial e os efeitos de variação dos valores justos entre os períodos são alocados diretamente no custo dos produtos vendidos. A metodologia adotada pela Companhia, para satisfazer a exigência de cálculo nos ativos biológicos correspondentes às soqueiras, que geram várias colheitas e a cana-de-açúcar em pé, foi de acordo com método de fluxo de caixa futuro descontado. O fluxo de caixa futuro descontado é efetuado considerando premissas como preço da tonelada de cana-de-açúcar, produtividade, custos de corte, carregamento e transporte, custos dos tratamentos culturais, custos de produção de capital, impostos, entre outros. Utilizou-se o Custo Médio Ponderado de Capital (CMPC) para descontar o fluxo de caixa ao valor presente, conforme detalhado na Nota 10. (d) **Provisões para contingências** - Nota 20. **4. Determinação do valor justo** - Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos abaixo. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas daquele ativo ou passivo. **Nível 1** - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos, líquidos e visíveis para ativos e passivos idênticos que estão acessíveis na data de mensuração; **Nível 2** - Preços cotados (podendo ser ajustados ou não) para ativos ou passivos similares em mercados ativos; e **Nível 3** - Ativos e passivos cujos preços não existem ou que esses preços ou técnicas de avaliação são amparados por um mercado pequeno ou inexistente, não observável ou líquido. **Não exercicio das demonstrações financeiras atuais**, não houve reclassificação de ativos e passivos ao valor justo de ou para o nível 1, 2 ou 3. (I) **Ativos biológicos (Nível 3)** - Nota 3.c e Nota 10. (II) **Contas a receber (Nível 1)** - o valor justo de contas a receber e outros créditos é estimado como o valor presente de fluxos de caixa futuros, descontado pela taxa de juros de mercado apurada na data de apresentação das demonstrações financeiras; (III) **Empréstimos e financiamentos (Nível 1)** - o valor justo, que é determinado com base em valores justos divulgados nas notas específicas daquele ativo ou passivo. **Caixa e equivalentes de caixa** 31/03/2022 31/03/2021 Bancos contas correntes 2.105 6.166 Depósitos bancários de curto prazo 31.440 40.954 33.545 47.120 Os depósitos bancários de curto prazo possuem remuneração média de 100% do Certificado de Depósito Bancário (CDB/CDI) em 31 de março de 2022 e 2021.

**2. Sumário das principais práticas contábeis - 2.1. Base de preparação** - As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem as disposições da legislação societária e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). As demonstrações financeiras foram preparadas com base em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis em volvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas em fatores, objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissas atualizadas em 13 de maio de 2022. **2.2. Base de mensuração** - As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos ativos biológicos mensurados pelo valor justo deduzidos das despesas com vendas e instrumentos financeiros avaliados pelo valor justo por meio de resultado. **2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação** - Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em real foram arredondadas para o valor mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. As transações em moeda estrangeira são convertidas para as respectivas moedas funcionais (reais) da Companhia usando-se as taxas de câmbio em vigor nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moeda estrangeira na data de apresentação das contas de balanço são convertidos pela taxa de câmbio apurada naquela data. Os ganhos ou perdas cambiais em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado da moeda funcional no início do período, ajustado por juros e pagamentos efetivos durante o período, e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio no final do período de apresentação. Itens não monetários que sejam medidos em termos de custos históricos em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio apurada na data da transação. **2.4. Instrumentos financeiros** - O CPC 48 (IFRS 09) Instrumentos Financeiros é vigente para exercícios findos a partir de 1º de janeiro de 2018. Esta norma contém três categorias principais para classificação e mensuração de ativos financeiros: (i) Custo Amortizado; (ii) Valor Justo registrado por meio de Outros Resultados Abrangentes; e (iii) Valor Justo registrado por meio do Resultado do Exercício (categoria residual). A Companhia realizou uma avaliação de impacto detalhada na adoção da nova norma e identificou os seguintes aspectos: O CPC 48 (IFRS 09) apresenta uma abordagem de classificação e mensuração de ativos financeiros que refletem o modelo de negócios em que os ativos são administrados e suas características de fluxo de caixa. Com relação aos passivos financeiros, requer que a mudança no valor justo do passivo financeiro designado ao valor justo durante o resultado, que seja atribuída à mudança no risco de crédito daquele passivo, seja apresentada em outros resultados abrangentes e não na demonstração do resultado, e menos que tal reconhecimento resulte em uma incorporação esperada na demonstração do resultado. **2.4.1. Mensuração** - Os ativos e passivos financeiros devem inicialmente ser valorados pelo seu valor justo. Os critérios para determinar o valor justo dos ativos e passivos financeiros foram (i) o preço cotado em um mercado ativo ou, na ausência deste e (ii) a utilização de técnicas de avaliação que permitam estimar o valor justo na data da transação levando-se em consideração o valor que seria negociado entre partes independentes, conhecedoras da transação e com interesse em realizá-la. A mensuração posterior de ativos e passivos financeiros segue o método de valor justo ou do custo amortizado, conforme a categoria. O custo amortizado corresponde: • Ao valor reconhecido inicialmente para o ativo ou passivo financeiro; • Menos as amortizações de principal; e • Mais/menos juros acumulados pelo método da taxa de juros efetiva. Os efeitos da mensuração posterior dos ativos e passivos financeiros são alocados diretamente ao resultado do período. Ativos e passivos de longo prazo com características de instrumentos financeiros são registrados inicialmente pelo seu valor presente. **2.4.2. Reconhecimento** - A Companhia reconhece uma provisão para perdas esperadas reconhecidas na data da negociação, ou seja, na data em que a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos de transação são debitados na demonstração do resultado. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor dos demais ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são registrados na demonstração do resultado nas rubricas "Receitas" ou "Custos" respectivamente, no período em que ocorrerem. **2.4.3. Desreconhecimento** - Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando: • Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem; ou • A Companhia transferir seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumir uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse e (a) a Companhia transferir substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia não transferir nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controle do ativo. Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado. Os ativos financeiros da Companhia incluem, principalmente, caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e cooperativa, adiantamento a fornecedores. Os passivos financeiros da Companhia incluem, principalmente, fornecedores, empréstimos e financiamentos, arrendamentos e parcerias agrícolas e partes relacionadas. A Companhia não possui transações de Hedge Accounting em 31 de março de 2022 e 2021. **2.4.4. Outros passivos financeiros** - Os outros passivos financeiros são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados (inclusive honorários e pontos pagos ou recebidos que constituem parte integrante da taxa de juros efetiva, custos da transação e outros prêmios ou descontos) ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor, para o reconhecimento inicial do valor recuperável líquido. **2.4.5. Redução ao valor recuperável de ativos financeiros** - A Companhia reconhece uma provisão para perdas esperadas de crédito para todos os instrumentos de dívida que não são mantidos pelo valor justo por meio do resultado. As provisões baseiam-se na diferença entre os fluxos de caixa contratuais esperados de acordo com o contrato e todos os fluxos de caixa que a Companhia deveria receber, descontados a uma aproximação da taxa de juros efetiva original. Os fluxos de caixa esperados incluídos fluxos de caixa da venda de garantias mantidas ou outras melhorias de crédito que sejam integrantes dos termos contratuais. Um ativo financeiro é baixado quando não há expectativas razoáveis de recuperação dos fluxos de caixa contratuais. O CPC 48 (IFRS 09) substituiu o modelo de perdas esperadas por um modelo prospectivo de perdas esperadas. Esta nova abordagem exige um

juízo relevante sobre como as mudanças em fatores econômicos afetam as perdas esperadas de crédito, que serão determinadas com base em probabilidades ponderadas. A "provisão para perdas de crédito esperado", é constituída em montante considerado suficiente pela Diretoria para cobrir eventuais riscos sobre a carteira de clientes e demais valores a receber existentes na data do balanço. O critério de constituição da provisão leva em consideração avaliação do risco associado às operações e os títulos vendidos há mais de 180 dias, e com base na experiência histórica de perdas sobre recebíveis, ajustada para fatores prospectivos específicos para os devedores e para o ambiente econômico. **2.4.6. Caixa e equivalentes de caixa** - Caixa e equivalentes de caixa compreendem os valores de caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com vencimentos inferiores de três meses ou menos, que são prontamente convertíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. As aplicações financeiras correspondem a operações de curto prazo, com baixo risco de perda de valor em caso de resgate antecipado, realizadas com instituições que operam no mercado financeiro nacional, tendo como características liquidez diária e baixo risco de crédito. **2.4.7. Contas a receber de clientes** - As contas a receber de clientes são avaliadas no momento inicial pelo valor presente e deduzidas da provisão para créditos de liquidação duvidosa. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não será capaz de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber. O valor da provisão é a diferença entre o valor contábil e o valor recuperável. **2.4.8. Adiantamento a fornecedores** - Os adiantamentos efetuados a fornecedores de materiais, cana-de-açúcar e a parceiros agrícolas são demonstrados ao custo. Os adiantamentos a fornecedores de cana-de-açúcar são alocados aos estoques e serão convertidos em matéria-prima quando do recebimento de cana-de-açúcar na safra seguinte. **2.4.9. Fornecedores** - As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com uso do método de taxa efetiva de juros. **2.4.10. Empréstimos e financiamentos** - Os empréstimos e financiamentos tomados são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida, os empréstimos tomados são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido ("pro rata temporis"). **2.5. Estoques** - Os estoques são apresentados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável. O custo é determinado usando-se o método da média ponderada móvel. O custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração compreende materiais, mão de obra direta, outros custos diretos e despesas gerais de produção relacionadas (com base na capacidade operacional normal), exceto os custos dos empréstimos tomados. O valor realizável líquido é o preço de venda estimado para o curso normal dos negócios, deduzidos os custos de execução e as despesas de venda. **2.6. Depósitos judiciais** - Os depósitos são atualizados monetariamente e apresentados como dedução do valor de um correspondente passivo constituído quando não houver possibilidade de resgate dos depósitos, a menos que ocorra desfecho favorável da questão jurídica. **2.7. Imobilizado** - O ativo imobilizado está registrado ao custo de aquisição, formação ou construção, levando em conta a segregação entre os gastos de capital e gastos do período, conforme facultado pela Lei nº 11.638/07 e pelo Pronunciamento CPC 13 - Adoção Inicial da Lei nº 11.638/07. A depreciação é calculada pelo método linear, de acordo com as taxas divulgadas na Nota 12. Ganhos e perdas em alienações são determinados pela comparação dos valores de alienação com o valor contábil e são incluídos no resultado. Os custos dos encargos sobre empréstimos tomados para financiar a natureza jurídica diversa. **III) Arrendatária** - A Companhia adotou a abordagem retrospectiva modificada e os seguintes critérios: (i) passivos: saldos remanescentes dos contratos vigentes na data da adoção inicial, descontados a partir da taxa de juros dos empréstimos da Umo Bioenergy S.A. (taxa média ponderada de 9,13% a.a.) e (ii) ativo: valor equivalente ao passivo ajustado a valor presente. Não foram reconhecidos ativos e passivos para contratos de baixo valor (computadores, telefones e equipamentos de informática em geral) e/ou vigência limitada a 12 meses, ou ainda aqueles cuja determinação do valor mínimo garantido não pôde mensurar-se com razoável precisão. **IV) Arrendadora** - A Companhia reconhece os benefícios de acordo com a efetiva utilidade do ativo. **III) Arrendadora** - Não houve alteração na forma de contabilização de contratos em que a Companhia figura como arrendadora. Os impactos da adoção da norma estão detalhados na Nota 13. **2.9. Provisões** - As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita. A Companhia reconhece provisão para contratos onerosos quando os benefícios que se esperam auferir de um contrato sejam menores do que os custos inevitáveis para satisfazer as obrigações assumidas por meio do contrato. **2.10. Benefícios a funcionários - Participação nos lucros e bônus** - O reconhecimento desta participação é efetuado mensalmente e ajustado quando do encerramento do exercício, momento em que o valor pode ser mensurado de maneira confiável pela Companhia. **2.11. Reconhecimento de receita** - I) **Venda de produtos - etanol** - As receitas de vendas de etanol auferidas pela Cooperativa de Produtores de Cana-de-Açúcar, Açúcar e Alcool do Estado de São Paulo são apropriadas ao resultado do exercício com base em rateio, definido de acordo com a produção da Companhia em relação às demais cooperadas, de acordo com a produção da Companhia em relação às demais cooperadas e outros - As receitas decorrentes da venda de produtos - Energia Elétrica e mercadorias são reconhecidas quando a entidade transfere ao comprador os riscos e benefícios significativos inerentes à propriedade dos produtos e mercadorias quando é provável que sejam gerados benefícios econômicos associados à transação em favor da Companhia. Os preços de venda são fixados com base em referência de compra ou contratos. Bens ou serviços cujo pagamento é feito antecipadamente são registrados como receita diferida sob o título de outras obrigações e contabilizados como receitas mediante a entrega de bens ou prestação de serviços. **2.12. Operações com cooperativa** - As receitas auferidas e as despesas incorridas nas operações por conta de cooperadas e nas atividades de apoio e administração efetuadas pela cooperativa, são apropriadas ao resultado do exercício com base em rateio, definido de acordo com a produção da Companhia em relação às demais cooperadas, em conformidade com o disposto no Parecer Normativo CST nº 66, de 5 de setembro de 1986. **2.13. Receitas financeiras e despesas financeiras** - As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre fundos investidos e variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, líquidas do desconto a valor presente das provisões, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, perdas por redução ao valor recuperável (impairment) reconhecidas nos ativos financeiros. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificado são mensurados no resultado através do método de juros efetivos. **2.14. Aspectos ambientais** - As instalações operadas pela Companhia e suas atividades operacionais são ambas sujeitas às regulamentações ambientais. A Companhia diminui os riscos associados com assuntos ambientais, por procedimentos operacionais, controles e sistemas. **2.15. Classificação de ativos e passivos** - Os ativos e passivos são registrados no balanço patrimonial com base na sua classificação como circulante ou não circulante. Um ativo é classificado como ativo circulante quando: • Espera-se que seja realizado, ou pretenda-se que seja vendido ou consumido no decorso normal do ciclo operacional da entidade. • Está mantido essencialmente com o propósito de ser negociado. • Espera-se que seja realizado até 12 meses após a data do balanço. • É caixa ou equivalente de caixa. Todos os demais ativos são classificados como não circulantes. Um passivo é classificado como passivo circulante quando: • Espera-se que seja liquidado no decorso normal do ciclo operacional normal da entidade. • Está mantido essencialmente para a finalidade de ser negociado. • Deve ser liquidado no período de até 12 meses após a data do balanço. • A entidade não tem direito incondicional de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos 12 meses após a data do balanço. Todos os demais passivos são classificados no não circulante. **2.16. Mudanças nas políticas contábeis e divulgações** - Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2022 - A Companhia aplicou pela primeira vez certas normas e alterações, que são válidas para períodos anuais iniciando em 1º de janeiro de 2021 após essa data. A Companhia não adotou antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou altera-

**Saldo em 1 de janeiro de 2020** (1.871) Reversões 385 **Saldo em 31 de março de 2021** (1.486) Provisões (107) **Saldo em 31 de março de 2022** (1.593)

Programa de Integração Social e Contribuição para o Aquecimento da Seguridade Social - PIS e COFINS 2.426 781 Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS 945 471 Outros 343 316 7.628 1.794 (7.161) (1.692) 467 102

**9. Investimentos** - Os investimentos são registrados, substancialmente, os valores relativos às cotas de participação na Cooperacur S.A., registrada a preço de custo. O percentual de participação da Companhia na investida é de 31,03% em 31 de março de 2022 e 31 de março de 2021. A movimentação do saldo de investimentos é apresentada abaixo: 31/03/2022 31/03/2021 Saldo inicial 7.906 7.906 Aumento de investimentos (a) 6.349 - Saldo final 14.255 7.906

(a) Aumento de investimento realizado com parte dos dividendos recebidos. O referido aumento não mudou o percentual de participação da companhia na investida. **10. Ativos biológicos** - Os ativos biológicos são mensurados pelo valor justo, deduzidos das despesas de venda. Alterações no valor justo incluem todos os custos que seriam necessários para vender os ativos, incluindo despesas de transporte. A cana em pé é transferida ao estoque pelo seu valor justo, deduzido das despesas estimadas de venda apuradas na data de corte. O ativo biológico da Companhia compreende o cultivo de cana-de-açúcar (cana em pé), através de contratos com parceiros de cana e cana própria, para utilização como matéria em seus processos industriais de etanol após sua colheita. O cultivo de cana-de-açúcar é iniciado pelo plantio de mudas em terras de terceiros, e o primeiro corte ocorre após um período de 12 a 18 meses do plantio, quando a cana é cortada e a raiz ("soqueira") continua no solo. A soqueira é classificada como "Ativo imobilizado", de acordo com o CPC 27 - Ativo Imobilizado, e a cana em pé, de acordo com o CPC 29 - Ativo Biológico e Produto Agrícola. Após cada corte ou ano/safra, a soqueira tratada cresce novamente, dando em média um total de cinco ou seis safras, variando com base na cultura e material genético a que se refere. A Companhia espera que a amortização total do ativo biológico de 31 de março de 2022 ocorra durante o exercício de 2022-23 (uma safra). O valor justo do produto agrícola colhido é determinado pelas quantidades colhidas, valorizadas pelo valor do CONSECANA (Conselho dos Produtores de Cana de Açúcar, Açúcar e Alcool do Estado de São Paulo) acumulado do respectivo mês. O valor justo da cana-de-açúcar colhida passará a ser o custo da matéria-prima utilizada no processo produtivo de açúcar e etanol. As áreas cultivadas representam apenas as plantas de cana-de-açúcar, sem considerar as terras em que estas lavras se encontram. O valor justo do ativo biológico é classificado no nível 3 - Ativos e passivos cujos preços não existem ou que esses preços são técnicas de avaliação são amparados por um mercado pequeno ou inexistente, não observável ou líquido. O valor justo dos ativos biológicos foi determinado utilizando-se a metodologia de fluxo de caixa descontado, considerando basicamente: (a) Entradas de caixa obtidas pela multiplicação da (i) produção estimada, medida em quilos de ATR (Açúcar Total Recuperável), e (ii) o preço de mercado futuro da cana-de-açúcar, o qual é estimado com base em dados públicos e estimativas de preços futuros do açúcar e do etanol; e (b) Saídas de caixa representadas pela estimativa de (i) custos necessários para a transformação da transformação biológica da cana-de-açúcar (tratos culturais) até a colheita; (ii) custos com a colheita/Corte, Carregamento e Transporte - CCT; (iii) custo de capital (terras e máquinas e equipamentos); (iv) custos de arrendamento e parceria agrícola; e (v) impostos incidentes sobre o fluxo de caixa positivo. As seguintes principais premissas foram utilizadas na determinação do referido valor justo: 31/03/2022 31/03/2021 Área em hectare (ha) 31.155 34.947 Produtividade média prevista (tonelada/ha) 53 65 Aumento decorrente de ATR por ton de cana-de-açúcar (KG) 1.124 1.901 Preço médio do ATR (R\$) 1.212 1.950

A taxa de desconto real utilizada no fluxo de caixa do período, denominada como "Custo Médio Ponderado de Capital" (WACC), correspondeu a 13,26% em março de 2022 (11,35% em março de 2021), a qual foi revisada e aprovada pela Administração da Companhia. A movimentação do valor justo dos ativos biológicos durante os exercícios é a seguinte: 31/03/2022 31/03/2021 No início do exercício 111.203 48.164 Aumentos decorrentes de tratos culturais 76.877 44.717 Redução decorrente de colheita - Custo Histórico (52.506) (50.719) Redução decorrente de colheita - Valor Justo (58.697) (9.710) Variação no valor justo 16.750 58.697 No final do exercício 93.447 111.203

**11. Outros ativos** 31/03/2022 31/03/2021 Outros e despesas a apropriar 6.529 6.880 1.700 2.133 8.229 9.193 3.121 3.673 5.108 5.520

Circulante 467 102 Não circulante 467 102

**Gastos com manufatura** 76.877 44.717 **Total** 14.514 49.216

Saldo inicial 12.868 20.778 144.003 37.035 1.647 34.187 177.506 40.357 468.381

Saldo inicial 12.868 20.778 144.003 37.035 1.647 34.187 177.506 40.357 468.381

Saldo inicial 12.868 20.778 144.003 37.035 1.647 34.187 177.506 40.357 468.381

Saldo inicial 12.868 20.778 144.003 37.035 1.647 34.187 177.506 40.357 468.381

Saldo inicial 12.868 20.778 144.003 37.035 1.647 34.187 177.506 40.357 468.381

Saldo inicial 12.868 20.778 144.003 37.035 1.647 34.187 177.506 40.357 468.381

Saldo inicial 12.868 20.778 144.003 37.035 1.647 34.187 177.506 40.357 468.381

Saldo inicial 12.868 20.778 144.003 37.035 1.647 34.187 177.506 40.357 468.381

Saldo inicial 12.868 20.778 144.003 37.035 1.647 34.187 177.506 40.357 468.381

Saldo inicial 12.868 20.778 144.003 37.035 1.647 34.187 177.506 40.357 468.381

Saldo inicial 12.868 20.778 144.003 37.035 1.647 34.187 177.506 40.357 468.381

Saldo inicial 12.868 20.778 144.003 37.035 1.647 34.187 177.506 40.357 468.381

Saldo inicial 12.868 20.778 144.003 37.035 1.647 34.187 177.506 40.357 468.381

Saldo inicial 12.868 20.778 144.003 37.035 1.647 34.187 177.506 40.357 468.381

Saldo inicial 12.868 20.778 144.003 37.035 1.647 34.187 177.506 40.357 468.381

Saldo inicial 12.868 20.778 144.003 37.035 1.647 34.187 177.506 40.357 468.381

Saldo inicial 12.868 20.778 144.003 37.035 1.647 34.187 177.506 40.357 468.381

Saldo inicial 12.868 20.778 144.003 37.035 1.647 34.187 177.506 40.357 468.381

Saldo inicial 12.868 20.778 144.003 37.035 1.647 34.187 177.506 40.357 468.381

Saldo inicial 12.868 20.778 144.003 37.035 1.647 34.187 177.506 40.357 468.381

..continuação Os saldos estimados de arrendamentos e parcerias agrícolas registrados no passivo não circulante tem a seguinte composição de vencimento:

31/03/2022	
De 01/04/2023 a 31/03/2024	75.631
De 01/04/2024 a 31/03/2025	61.772
De 01/04/2025 a 31/03/2026	48.415
De 01/04/2026 a 31/03/2027	36.796
De 01/04/2027 a 31/03/2028	29.794
De 01/04/2028 a 31/03/2029	23.694
De 01/04/2029 a 31/03/2030	19.093
A partir de 01/04/2030	56.469
	<b>351.664</b>

**14. Imposto de renda e contribuição social - a) Imposto de renda e contribuição social diferidos** - Em 31 de março de 2022, a Companhia possui prejuízos fiscais e bases negativas acumuladas de contribuição social nos montantes de R\$ 1.046.986 e R\$ 1.047.053, respectivamente (em 31 de março de 2021, R\$ 1.020.544 e R\$ 1.020.611, respectivamente). A Administração não registrou os saldos de diferidos ativos e passivos, decorrentes a prejuízo fiscal, bases negativas e diferenças temporárias, visto que estes não atendem completamente às prerrogativas do CPC 32 - Tributos sobre o Lucro, para o seu reconhecimento. **b) Conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social**

31/03/2022		31/03/2021	
Lucro antes do IR e da contribuição social	110.995	36.040	
IR e contribuição social às alíquotas vigentes (34%)	(37.738)	(12.254)	
Ajustes para demonstração de taxa efetiva:			
Juros sobre capital próprio - JCP	3.001	-	
Outras diferenças permanentes	4.454	(363)	
Imposto diferido sobre diferenças temporárias não constituído	28.521	12.733	
Imposto diferido sobre prejuízo fiscal e base negativa do exercício não reconhecido (1)	(8.990)	(2.811)	
Despesa de imposto de renda e contribuição social	(10.759)	(2.695)	
(1) Efeito tributário sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social da Companhia, o qual não é registrado em virtude de não atendimento completo das prerrogativas do CPC 32.			

**15. Fornecedores**

31/03/2022		31/03/2021	
Equipamentos, materiais e serviços	51.818	49.735	
Canas-de-açúcar	4.128	5.876	
	<b>55.946</b>	<b>55.611</b>	
Circulante	53.400	50.072	
Não circulante	2.546	5.539	
	<b>55.946</b>	<b>55.611</b>	

**16. Empréstimos e financiamentos**

31/03/2022		31/03/2021	
Capital de Giro	12.886	40.746	
Capital de Giro	-	10.078	
Capital de Giro	-	-	
Finame	81.676	97.960	
	15.512	19.868	
	<b>110.074</b>	<b>168.652</b>	
Circulante	31.468	59.915	
Não circulante	78.606	108.737	
	<b>110.074</b>	<b>168.652</b>	

A movimentação do ano está demonstrada a seguir:

31/03/2022		31/03/2021	
Saldo inicial	158.573	10.079	168.652
Captação	11.618	87.768	99.386
(-) Pagamentos do principal	(48.294)	(97.823)	(146.117)
(-) Pagamentos de juros	(13.212)	(1.221)	(14.433)
Juros apropriados	12.561	1.197	13.758
Variação cambial apropriada	(11.172)	-	(11.172)
Saldo final	110.074	-	110.074

Os montantes registrados no passivo não circulante em 31 de março de 2022 têm a seguinte composição, por ano de vencimento:

31/03/2022		31/03/2021	
De 01/04/2023 a 31/03/2024	18.714		
De 01/04/2024 a 31/03/2025	16.161		
De 01/04/2025 a 31/03/2026	12.443		
De 01/04/2026 a 31/03/2027	11.786		
De 01/04/2027 a 31/03/2028	11.302		
De 01/04/2028 a 31/03/2029	8.200		
	<b>78.606</b>		

Foram oferecidas garantias as operações de empréstimos e financiamentos da Companhia, sendo para operações de Finame, os próprios bens financiados, e para as operações de capital de giro, cartas-fianças e cessão fiduciária de recebíveis, máquinas e equipamentos. A companhia está sujeita ao cumprimento de certas cláusulas contratuais "Covenants" que exigem a manutenção de determinados níveis de seus indicadores financeiros que devem ser apurados ao final de cada exercício financeiro. Em 31 de março de 2022 e 2021 todas as obrigações foram cumpridas.

**17. Tributos a recolher**

31/03/2022		31/03/2021	
Tributos parcelados (i)	32.563	40.257	
Imposto de renda retido na fonte	8.916	7.727	
INSS	1.914	2.011	
Imposto de renda e contribuição social sobre lucro	-	1.319	

**18. Salários e encargos sociais**

31/03/2022		31/03/2021	
Ordenados e salários	1.289	985	
FGTS - Fundo de Garantia por Tempo de Serviço	1.011	1.593	
INSS - Instituto Nacional de Seguridade Social	21	19	
Contribuições sindicais	14	12	
Provisão para férias	3.977	3.231	
Provisão para 13º salário	809	577	
Acordos em processos trabalhistas (i)	13.315	19.173	
	<b>20.436</b>	<b>26.130</b>	
Circulante	15.593	14.158	
Não circulante	4.843	11.972	
	<b>20.436</b>	<b>26.130</b>	

(i) Valor corresponde à acordos judiciais em processos trabalhistas cuja realização dos pagamentos foi acordada para ser de maneira parcelada. O montante registrado como passivo não circulante em março de 2022, refere-se às parcelas devidas a partir de abril de 2023. Os montantes registrados no passivo não circulante em 31 de março de 2022 têm a seguinte composição, por ano de vencimento:

31/03/2022		31/03/2021	
De 01/04/2023 a 31/03/2024	3.778		
De 01/04/2024 a 31/03/2025	913		
De 01/04/2025 a 31/03/2026	152		
	<b>4.843</b>		

**19. Partes relacionadas** - Os passivos registrados junto à Controladora UBE GRUPPEN AS de R\$167.644 (R\$173.876 em março de 2021) referem-se a recursos recebidos para investimento em ativos biológicos e cobertura de capital de giro. A partir do exercício iniciado em abril de 2021 um dos contratos de mútuo entre a Companhia e sua controladora está sujeito a encargos financeiros apurados pela variação do certificado de depósito interbancário (CDI) somado ao spread de 1% ao ano incidentes sobre o saldo devedor. O segundo contrato de mútuo entre a Companhia e sua controladora não está sujeito a encargos financeiros, em função da controladora ser detentora direta de 100% do capital social da Companhia. A movimentação do ano está demonstrada a seguir:

31/03/2022		31/03/2021	
Saldo inicial	103.196	70.680	173.876
Despesas apropriadas	-	-	-
Variação cambial apropriada	(13.433)	(13.433)	-
Juros apropriados	7.201	7.201	-
Saldo final	110.397	57.247	167.644
Circulante	-	9.781	-
Não Circulante	110.397	47.466	167.644
Total	110.397	57.247	167.644

**20. Provisão para contingências** - A Companhia tem processos judiciais, de natureza trabalhista, cível, fiscal e tributária decorrente do curso normal de suas atividades. A Administração, baseada na opinião de seus advogados e outras evidências, constituiu provisão para aqueles processos, cujo desfecho é estimado como desfavorável à Companhia e cujo montante possa ser estimado com razoável segurança. Nas datas das demonstrações financeiras, a Companhia apresentava os seguintes passivos e correspondentes depósitos judiciais, relacionados a contingências:

31/03/2022		31/03/2021	
Con-trato 1º	Con-trato 2º	Con-trato 1º	Con-trato 2º
103.196	70.680	103.196	43.360
Despesas apropriadas	-	-	6.108
Variação cambial apropriada	(13.433)	(13.433)	21.212
Juros apropriados	7.201	7.201	-
Saldo final	110.397	57.247	167.644
Circulante	-	9.781	-
Não Circulante	110.397	47.466	167.644
Total	110.397	57.247	167.644

A movimentação da provisão para demandas judiciais com risco de perda "provável", em 31 de março de 2022 e 31 de março de 2021, está assim representada:

31/03/2022		31/03/2021	
Saldo em 1º/01/2020	11.763	1.226	11.363
Adições	4.315	11.369	6.238
Reversões	(2.702)	(12.138)	(8.377)
Saldo em 31/03/2021	13.396	457	9.224
Adições	3.369	-	3.369
Reversões	(1.443)	-	(1.443)
Saldo em 31/03/2022	15.322	457	9.224

A natureza das provisões pode ser sumariada como segue: • Contingências trabalhistas e previdenciárias: consistem principalmente em reclamações de empregados vinculadas a disputas sobre o montante de compensação pago sobre demissões; • Ações cíveis: as principais ações estão relacionadas a reclamações de contratados relativas a perdas que supostamente teriam ocorrido como resultado de vários planos econômicos; • Ambientais: estão relacionadas com autos de infrações ambientais que estão sendo discutidos judicialmente; • Fiscais: relacionadas a autos de infrações associados à falta

de destaque de créditos tributários sobre transferências entre unidades. As contingências classificadas com probabilidade de perda como possível estimadas pelos assessores jurídicos e pela Administração são de R\$ 917 em 31 de março de 2022 (R\$917 em março de 2021) e correspondem substancialmente a processos trabalhistas.

**21. Patrimônio líquido - Capital social** - Em 31 de março de 2022, o capital social é de R\$ 251.035.501 (R\$1.379.866 em 31 de março de 2021), e está dividido em 25.103.550.117 (137.986.586.086 em 2019) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. Em 17 de junho de 2021, foi aprovada a redução voluntária de capital social mediante absorção de prejuízos acumulados no montante total de R\$ 1.128.828, cancelando as ações correspondentes à redução de capital ora efetuada. **Reservas - Reserva legal** - Constituída com a destinação de lucro líquido no montante de 5%, limitada a 20% do capital social e tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos e aumentar capital. Em 31 de março de 2022 a Companhia constituiu reserva de R\$ 5.012. Em 31 de março de 2021 em função dos prejuízos acumulados não foi constituído nenhum valor de reserva legal. **Reserva de lucros** - Refere-se à retenção do saldo remanescente de lucros acumulados e tem a finalidade de capitalização da Companhia para futuras destinações. **Distribuição de dividendos** - Conforme estatuto social a Companhia é obrigada a distribuir dividendos mínimos obrigatórios de 0,001% do lucro apurado em cada exercício. Em ata de Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 11 de fevereiro de 2022 foi aprovada a distribuição de dividendos no valor de R\$ 12.498. Em função do prejuízo apurado em 2021, nenhum valor de dividendos foi distribuído. **Juros sobre capital próprio** - Em ata de Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 30 de dezembro de 2021 foi aprovado o pagamento de juros sobre o capital próprio no valor de R\$ 8.826. No exercício findo em 31 de março de 2021, não houve qualquer pagamento de juros sobre capital próprio.

**22. Receita operacional líquida**

31/03/2022		31/03/2021	
Mercado interno	597.203	547.511	
Mercado externo	29.266	22.779	
Tributos sobre vendas	(70.809)	(76.192)	
Receita operacional líquida	555.620	494.098	

**23. Abertura dos custos e despesas por natureza**

31/03/2022		31/03/2021	
Depreciação	31.742	40.757	
Amortização planta portadora	65.390	68.154	
Amortização gastos de entressafra	40.357	42.798	
Colheita de cana de açúcar	111.203	60.429	
Amortização de direito de uso	83.851	76.640	
Mão de obra, encargos, benefícios	24.410	27.566	
Aduos, fertilizantes, defensivos, insumos	4.808	4.471	
Peças/serviços de manutenção	19.693	19.012	
Canas-de-açúcar de terceiros	17.885	15.700	
Combustíveis, lubrificantes, pneumáticos	9.085	9.693	
Serviços de terceiros	7.738	13.752	
Cooperativas	8.544	11.892	
Gastos com transportes de terceiros	30.758	32.683	
Impostos, taxas e contribuições	460	1.540	
Liquidação de energia elétrica - mercado	(4.178)	2.225	
Energia elétrica adquirida na rede (lastro)	121	285	
Variação valor justo do ativo biológico	(16.570)	(58.697)	
Outros custos e despesas	10.368	13.466	
	<b>445.665</b>	<b>382.366</b>	
Custo de vendas	419.378	352.612	
Despesas gerais e administrativas	18.713	18.904	
Despesas com vendas	7.574	10.850	
	<b>445.665</b>	<b>382.366</b>	

**24. Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas**

31/03/2022		31/03/2021	
Reversão (provisão) para demandas judiciais	1.926	(1.295)	
Reversão (provisão) para perdas de estoques	107	(385)	
Provisão para perdas com adiamento a fornecedores	(6.655)	(3.331)	
Reversão (Provisão) para créditos de liquidação duvidosa	(61)	247	
Baixas definitivas de contratos agrícolas	233	2.441	
Resultado na baixa de imobilizado	237	(566)	
Acordos em processos trabalhistas (Nota 19)	10.561	5.856	
Créditos Tributários Reintegra (i)	-	(1.511)	
Dividendos recebidos (ii)	(7.322)	(309)	
Outras receitas líquidas	3	1.340	
	<b>(971)</b>	<b>2.487</b>	

(i) A Companhia através da Copersucar aderiu ao Regime Especial de Reintegração de Valores Tributários para Empresas Exportadoras (Reintegra). (ii) Os dividendos distribuídos no exercício findo em 31/03/2022 decorrentes do investimento mantido junto à Copersucar, e registrados nas demonstrações financeiras à custo, foram capitalizados no montante de R\$ 6.349, sendo o saldo remanescente dessa distribuição recebido integralmente na mesma data no valor de R\$ 972. Para o exercício findo em 31/03/2021 o valor registrado como dividendos foi integralmente recebido.

**25. Resultado financeiro líquido**

31/03/2022		31/03/2021	
Despesa financeira			
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(13.758)	(19.419)	
Variação cambial passiva sobre financiamentos	(10.767)	(6.362)	
Despesas financeiras sobre partes relacionadas	-	(6.108)	
Juros sobre partes relacionadas	(7.201)	-	
Variação cambial passiva sobre partes relacionadas	(10.946)	(24.131)	
Outras despesas financeiras	(6.529)	(20.611)	
	<b>(49.201)</b>	<b>(76.631)</b>	

**Receta financeira**

31/03/2022		31/03/2021	
Reversão (provisão) para demandas judiciais	1.926	(1.295)	
Reversão (provisão) para perdas de estoques	107	(385)	
Provisão para perdas com adiamento a fornecedores	(6.655)	(3.331)	
Reversão (Provisão) para créditos de liquidação duvidosa	(61)	247	
Baixas definitivas de contratos agrícolas	233	2.441	
Resultado na baixa de imobilizado	237	(566)	
Acordos em processos trabalhistas (Nota 19)	10.561	5.856	
Créditos Tributários Reintegra (i)	-	(1.511)	
Dividendos recebidos (ii)	(7.322)	(309)	
Outras receitas líquidas	3	1.340	
	<b>(971)</b>	<b>2.487</b>	

de destaques de créditos tributários sobre transferências entre unidades. As contingências classificadas com probabilidade de perda como possível estimadas pelos assessores jurídicos e pela Administração são de R\$ 917 em 31 de março de 2022 (R\$917 em março de 2021) e correspondem substancialmente a processos trabalhistas.

**26. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros - Visão geral** - A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros: • Risco de crédito; • Risco de liquidez; • Risco de mercado (preço e taxa de juros); • Risco operacional; e • Risco de estrutura de capital. Essa nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados, os objetivos da Companhia, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco, e o gerenciamento de capital da Companhia. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo dessas demonstrações financeiras. **Estrutura de gerenciamento de risco** - A Companhia dispõe de uma política de gestão de riscos que define as metodologias e instrumentos a serem aplicados para o permanente controle dos riscos aos quais ela está exposta. Tal política visa a criar mecanismo que permitam a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro da Companhia, através da utilização de proteção para ativos e passivos. Os procedimentos e instrumentos utilizados para tal são avaliados pela administração e posteriormente propostos para aprovação do Conselho de Administração. Em 31 de março de 2022 e 2021, a Companhia não possui operações de hedge (instrumentos financeiros derivativos) em aberto. **Instrumentos de gestão de riscos - a) Risco de crédito** - A gestão do risco de crédito da Companhia em relação a clientes, no que pertence ao negócio de etanol hidratado e etanol anidro é centrada no relacionamento formalizado com a Copersucar S.A. e suas controladas e com a Cooperativa dos Produtores de Cana-de-Açúcar e Álcool do Estado de São Paulo Ltda. Para os demais negócios, subprodutos como bagaço de cana-de-açúcar e energia elétrica, a Companhia adota como prática a análise das situações financeira e patrimonial de seus clientes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente da carteira em aberto. De forma geral, o direcionamento dos negócios é tratado em reuniões para tomadas de decisões, acompanhamento dos resultados e adequações das estratégias estabelecidas, visando manter os resultados esperados. **b) Risco de liquidez** - A Companhia opera com um nível de um grau de liquidez considerado adequado às suas operações e utiliza diversas fontes de recursos para o financiamento de suas atividades. Para suprir possíveis deficiências de liquidez ou descasamentos entre as disponibilidades com montantes vincendos no curto prazo, a Companhia conta com bons relacionamentos junto aos bancos comerciais atuantes no país, assim como com a possibilidade de obtenção de recurso junto ao seu controlador, UBE GRUPPEN AS. **c) Risco de mercado - taxas de juros** - Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia busca diversificar a captação de recursos em termos de taxas pré-fixadas ou pós-fixadas. **d) Risco de mercado - preço** - Decorre da possibilidade de oscilação dos preços de mercado dos produtos comercializados pela Companhia, principalmente do etanol anidro e hidratado. A Administração avalia constantemente o mercado desses produtos e expectativas de preços, gerenciando o processo produtivo para os produtos com taxas de retornos esperadas mais atrativas. **e) Risco operacional** - Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Companhia e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. Riscos operacionais surgem de todas as operações da Companhia. O objetivo da Companhia é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à sua reputação e buscar eficácia de custos e para evitar procedimentos de controle que restrinjam iniciativa e criatividade. **f) Risco de estrutura de capital** - Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia faz para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital, a Companhia monitora permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado. **Classificação dos instrumentos financeiros por natureza** - A classificação dos instrumentos financeiros está apresentada no quadro a seguir:

**Ativos classificados pelo valor justo por meio do resultado**

31/03/2022		31/03/2021	
Caixa e equivalentes de caixa	5	33.545	47.120
<b>Ativos classificados pelo custo amortizado</b>			
Contas a receber de clientes	6	1.444	1.595
Contas a receber - cooperativa	6	19.451	36.473
Adiantamento a fornecedores	7	37.315	28.581
Outros ativos	12	8.229	9.193
<b>Total</b>		<b>99.984</b>	<b>122.962</b>

**Passivos classificados pelo custo amortizado**

31/03/2022		31/03/2021	
Fornecedores	16	55.946	55.611
Empréstimos e financiamentos	17	110.074	168.652
Arrendamentos e parcerias agrícolas	14	441.575	278.535
Partes relacionadas	20	167.644	173.876
Outros passivos		3.855	3.770
<b>Total</b>		<b>779.094</b>	<b>680.444</b>

**27. Cobertura de seguros** - A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

**Moacir Ventura Filho** - Contador - CRC SP265392/O-2

**ERNST & YOUNG**  
Auditores Independentes S.S. CRC 2SP034519/O-6  
**Cristiane Cléria S. Hilário** - Contadora CRC-1SP243766/O-8

obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Campinas, 13 de maio de 2022.

**Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras**